

ANÁLISE DAS TERRITORIALIDADES NAS VILAS RURAIS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO-PR

Áurea Andrade Viana de Andrade*
Elpídio Serra**

Resumo: As transformações recentes no cenário agrário paranaense foram amplamente condicionadas pela articulação do Estado e capital e se intensificaram a partir da década de 1970. Esse processo foi associado à disseminação das culturas modernas da soja e do trigo, responsáveis pelo aumento do movimento migratório dos atores sociais. E, neste contexto, o Estado coloca as Vilas Rurais no cenário rural paranaense. O artigo apresenta elementos destes territórios, bem como uma discussão sobre as territorialidades nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.

Palavras-chave: Vilas rurais, modernização agropecuária, territorialidades.

ANALYSIS THE VILAS RURAIS'S TERRITORIALITIES IN THE REGION OF CAMPO MOURÃO-PR

Abstract: The recent changes in agricultural landscape in Paraná were largely conditioned by the articulation of State and capital, intensified from the 1970s. This process was associated with the spread of modern cultures of soy and wheat responsible for the increase of the migratory movement of social actors. In this context the State puts the Vilas Rurais in the rural setting of Paraná. The paper presents elements of these territories, as well as a discussion of territoriality in Vilas Rurais of Campo Mourão's geographic micro region.

Keywords: Vilas rurais, agricultural modernization, territoriality.

Introdução

Nas últimas décadas observamos grandes mudanças no espaço rural paranaense, bem como a construção de novos territórios, condicionadas, em grande medida, pelas relações de 'poder' do Estado e do capital.

Dentre os novos territórios construídos, há os denominados Vilas Rurais que se constituiu em uma política pública de territorialização dos trabalhadores rurais. Esse território emerge em 1995, por meio de um programa de Governo "Paraná 12 meses", com propósito de garantir mão de obra para todos os segmentos, sobretudo proprietários rurais, agroindústrias e cooperativas que necessitavam de serviço braçal temporário. Este modelo de 'assentamento' rural/urbano foi implantado, sobretudo, nas regiões

em que o processo de tecnificação agrícola apresentou-se mais intenso no Paraná.

Na década de 1970, especialmente a partir de 1975, houve a expansão das lavouras mecanizadas da soja e do trigo, tornando-se uma constante. Esse binômio passou a ocupar crescentes áreas, aumentando a produção. Porém, o processo de inovações tecnológicas se fez desigual no estado do Paraná, sobretudo na região de Campo Mourão. Isto é, os municípios propícios à mecanização, a propagação espacial da modernização, via incorporação tecnológica dos meios de produção, ocorreu rapidamente e com crescente área plantada da cultura da soja.

Com o aprimoramento da agricultura, as desigualdades se acirraram uma vez que, este processo se apresenta contraditório, pois acentua a pobreza e provoca a concentração de capital na minoria da população rural. Seguramente, a política agrícola do Estado foi a principal responsável por essas desigualdades. Isso ocorreu por meio de financiamentos discriminatórios que favoreceram os agricultores mais capitalizados, sobretudo os médios e grandes.

Em síntese, os instrumentos do capital e do Estado, estimulam o processo produtivo, provocando a acumulação e a reprodução ampliada do capital, conseqüentemente resultando em profundas implicações sócio-espaciais como: a (re) estruturação fundiária, através da concentração de terra; a espoliação de milhares de trabalhadores rurais, agravando o êxodo rural, acelerando o processo de urbanização. Esses efeitos configuraram uma nova (des)organização do espaço paranaense.

É neste contexto que o Estado coloca as Vilas Rurais no cenário rural paranaense, isto é, implantam centenas de pequenos territórios, para garantir mão de obra aos donos dos meios de produção, legitimada pelo Estado.

Com objetivo de obter maiores informações sobre estes territórios apresenta-se uma discussão sobre as territorialidades das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.

Para o desenvolvimento da pesquisa fez-se uso de abordagens teóricas e de estudos empíricos que se efetivou em dois momentos. No primeiro fundamentou-se a análise nas abordagens e concepções de território, bem como dos seus desdobramentos.

Valendo-se da concepção de Andrade (1995) aonde discute que a formação de um território gera as pessoas que nele habitam a consciência de participação, provocando um sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. Em síntese, a territorialidade é um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social (Estado, grupos sociais, empresas).

Igualmente, utilizou-se das contribuições Raffestin (1993), sobretudo a discussão do caráter relacional do território, ou seja, a interação e relações de poder, redes de circulação e comunicação, dominação de recursos naturais, entre outros, indica relações sociais nas dimensionalidades, cultural, econômica e política. Assim, o autor sintetiza que o território é produto e condição da territorialização. Em resumo, os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder, por determinado grupo ou classe social, isto é, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado e condicionantes da territorialização e do território.

No segundo, trata-se da pesquisa empírica e nesta abordou-se o novo território construído, derivados do processo de modernização da agricultura. Este foi desenvolvido por meio de análise de dados quantitativos e qualitativos, com base em indicadores sociais, políticos e econômicos colhidos in loco, além de entrevistas e depoimentos. Tal estudo permitiu também verificar o perfil socioeconômico dos 'vileiros', uma vez que se pretendia avaliar em que medida o projeto tem abrandado a condição de miséria desses atores sociais.

Alguns apontamentos do Projeto Vilas Rurais

No Paraná, no segundo quinquênio da década de 1990, intensificaram-se os movimentos de conflitos sociais no campo. O Estado, para controlar os atores sociais, vítimas do processo de 'modernização conservadora' da agricultura, emprega a tática da política de proteção das oligarquias rurais e força manifesta de repressão estatal do militarismo, com os trabalhadores rurais, sem terra.

Nesta ocasião, o governo estadual também cria uma nova estratégia, a elaboração de projetos, para evitar novos integrantes às organizações dos trabalhadores sem terra, sem teto, e, acima de tudo, atenuar o movimento migratório campo/cidade, dos trabalhadores rurais (bóias-frias). Ainda, em 1995, idealiza um projeto de 'assentamento', denominando-o de 'Vila Rural'. Segundo Santos (2001, p. 60) "As Vilas Rurais de certa forma, polarizam estas lutas e evitam que o trabalhador se envolva de forma direta com essas forças sociais".

As intenções do governo com a implantação do programa embutia, de um lado, o interesse em conter a incorporação de novos habitantes aos grandes centros urbanos, especialmente à capital Curitiba, que atingiu, nas últimas décadas, elevadas taxas de crescimento, ao passo que no estado, no mesmo período, registravam-se índices menos elevados de crescimento urbano.

Receber esse contingente que continuava a migrar campo/cidade demandava novos encargos, infraestrutura básica, habitação, saúde, educação e transportes. Dessa forma, acarretaria uma desestruturação na administração pública pela falta de uma

infraestrutura já alocada ao plano diretor, uma vez que as condições (alegadas pelo governo) são ínfimas para atender as demandas. Por outro lado, o governo estava preocupado ao mesmo tempo com o patronato rural: uma das justificativas do programa estava centrada na falta de mão de obra no campo para atender alguns produtos da agricultura paranaense.

Embora existam explorações que utilizam farta mão-de-obra, como é o caso do algodão, da sericicultura e da citricultura, essas ocupações são na verdade, sazonais, e não têm sido capazes de evitar que essa mão-de-obra, fundamentalmente, para o futuro de nossa agricultura, continue migrando aos principais centros urbanos paranaense, à procura de melhores condições de vida, incluindo moradia, saúde, alimentação, educação, transportes e lazer (GOVERNO DO PARANÁ, 1995, p. 16).

Neste sentido, o novo programa de habitação presente no espaço rural

[...] visa atender a todos os segmentos que dependem deste tipo de mão de obra. Portanto, além do interesse do serviço braçal, temporário, as indústrias, cooperativas e os proprietários rurais deverão participar na implantação das Vilas Rurais, pois isto garantirá a disponibilidade de mão-de-obra (GOVERNO DO PARANÁ, 1995, p. 27).

[...] o programa beneficia o campo e a cidade, pois vai evitar o êxodo rural e a favelização dos centros urbanos. [...] as vilas rurais vão significar a melhoria da qualidade de vida para um milhão de paranaenses [...] o programa não envolve apenas os futuros moradores das vilas, mas toda a população dos distritos rurais, que vai usufruir o reforço que daremos às estruturas de saúde, educação e lazer (FOLHA DE LONDRINA, 2002, 31 de maio, p. 7).

Para o governo estadual, o programa Vila Rural representava um exemplo de assentamento. Assim o defendia: "o Paraná realiza o maior programa de assentamento rural do País. Além da propriedade da terra, é preciso criar mecanismos que segurem o homem no campo e ofereçam alternativas para que o trabalho e o sustento venham da própria terra" (BEM MORAR, 1997, p. 3).

A partir do conceito revelado, verifica-se que o governo não estava preocupado em discutir políticas de reforma agrária e, sim, criar um 'modelo' de 'assentamento', com recursos do Banco Mundial (Bird) e tesouro do Estado.

Para a propagação do programa o governo utilizou-se de meios de comunicação e assegurou que as "Vilas Rurais são um caminho que mostra um exemplo de reforma agrária viável".

Por conta do exposto, e da metodologia operacional, os próprios organizadores e a mídia disseminaram como programa de reforma agrária. Tais afirmações desencadearam muitas discussões e inquietações nos meios acadêmicos, visto que, a questão da reforma agrária é muito complexa. Vista da forma como se apresentava sob o ponto de vista do Estado, evidenciava ingenuidade e desconhecimento da questão agrária do país.

Porém, as Vilas Rurais surgem como um novo ator na organização do espaço do espaço rural (Foto 1), e se tornou também alvo de muitas críticas e discussões acerca da sua classificação, se rural ou urbana.



Foto 1: Representação de um modelo de Vila Rural.

Fonte: Revista Bem Morar (1997).

De acordo com a Lei nº 5.868 de 12 de dezembro de 1972, art. 6º, para fins de incidência do Imposto Territorial Rural, a que se refere o art. 29 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 "considera-se imóvel rural aquele que se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial e que tiver área superior a um ha" (CORRÊA et al., 2001, p. 43).

O objetivo da referida Lei é evitar que se prolifere os minifúndios uma vez que são consideradas propriedades improdutivas, em razão de seu baixo rendimento econômico. Neste

sentido, as Vilas não podem ser consideradas propriedades rurais visto que a área destinada é de 5 mil m² (meio hectare).

Neste sentido, observou-se pelas entrevistas e documentos, que a concepção rural ou urbana depende de cada município onde estão fixadas as Vilas, sendo que algumas efetivamente são rurais de acordo com sua localização geográfica, enquanto que outras possuem registros de Lei de Urbanização, portanto pagam o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e são registradas como imóveis urbanos.

Segundo Ponte (2002), a presença da instituição de habitação urbana COHAPAR descaracteriza as Vilas Rurais como uma categoria rural.

Podemos questionar se o programa é uma Vila Rural ou uma Vila Urbana camuflada de alguns elementos rurais [...]. Outro elemento que coloca em cheque o caráter rural do Programa está relacionado às discussões, ainda sem definição, a respeito da forma de imposto, pois, como a Vila tem apenas ½ hectare, o INCRA não considera como terra rural, mas urbana (PONTE, 2002, p.210).

Assim, nem mesmo a Constituição Federal define o que seja área rural ou urbana, fato que causa polêmica acerca das concepções teóricas. De acordo com Schneider (1994):

O espaço rural não pode mais ser definido exclusivamente pela atividade agrícola tendo em vista a significativa redução de pessoas ocupadas na agricultura propiciada pela tecnificação do campo. Associa-se a isto o aumento do número de pessoas residentes no campo ocupadas com atividades não agrícolas e o aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que buscaram combinar a agricultura com outras fontes de rendimento, normalmente não vinculadas diretamente à produção agropecuária (SCHNEIDER, 1994 apud CORRÊA et al., 2001, p.46).

Com o progresso tecnológico no campo, surgiram novas categorias de atividades e relações de produção ocasionando o crescimento expressivo das cidades. Esse crescimento se estendeu para as áreas rurais, provocando uma nova dinâmica no meio rural, por atividades agrícolas e não agrícola o que Graziano da Silva denomina de 'Novo Rural'. Neste sentido, as transformações nas áreas rurais não podem ser dissociadas do urbano. Em meio às mudanças de

significados do rural, dissemina por todo território paranaense as Vilas Rurais, firmando-se como um novo ator no cenário rural.

As Vilas Rurais no contexto da Mesorregião Centro-Ocidental paranaense

O estado do Paraná encontra-se ocupado com 405 Vilas Rurais, contemplando 15.609 famílias, especialmente nas regiões em que o processo tecnológico na agricultura foi mais intenso. No caso da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense (microrregião de Goioerê e microrregião de Campo Mourão), ocupa o segundo lugar em termos de distribuição espacial das Vilas, ou seja, a região contempla 44 Vilas, das quais 28 pertencem à microrregião geográfica de Campo Mourão objeto de análise, ocupando uma área de 7.724.210.86 m², atendendo 1067 famílias, conforme Figura 1.

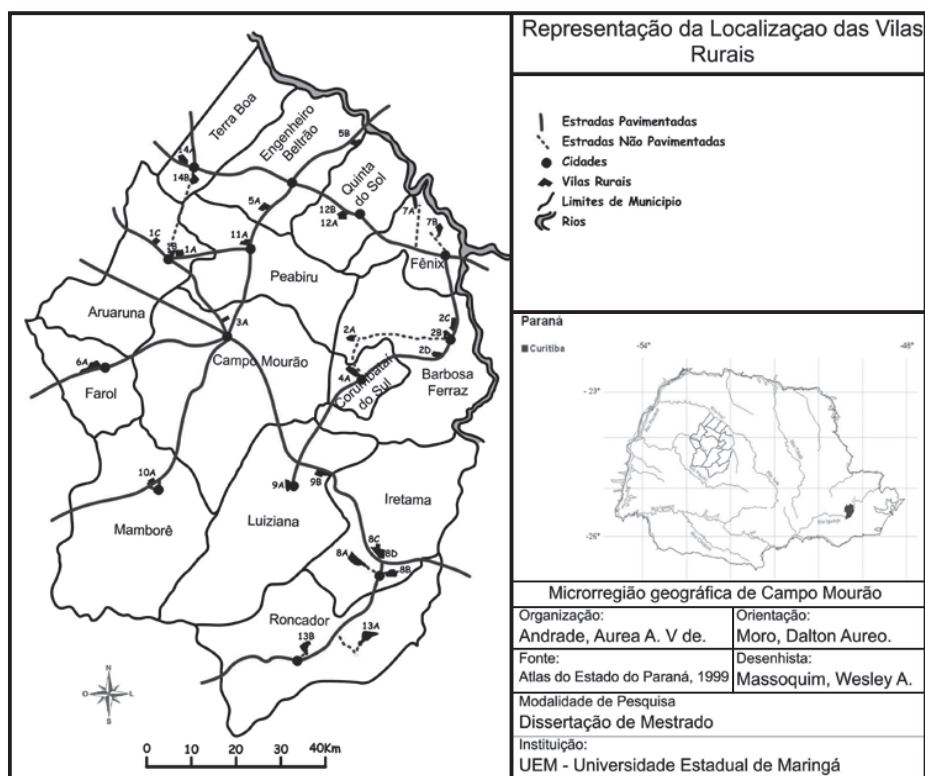


Figura 1: Localização e rede de acesso das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.

Fonte: Andrade, 2005.

Dentre as Vilas Rurais que integram a área pesquisada, há aquelas que se destacam por apresentar melhor estrutura, o que

possibilitou a edificação de um índice sintético do nível nesse quesito. Isto ficou comprovado em razão dos recursos oferecidos, indispensáveis para atender as necessidades básicas dos moradores, como: energia elétrica, telefone público, transporte escolar e coletivo, iluminação pública, sistema de irrigação, escola, água tratada, salão social e posto de saúde.

Em razão da variedade desses recursos, bem como a heterogeneidade deles, houve a necessidade de se criar um meio para pontuar cada um. Partiu-se do princípio de que os pontos seriam a melhor forma de interpretação e deveriam ser, em grau de importância, ao atendimento das necessidades básicas. Assim, adotou-se como parâmetro 10 pontos para as Vilas que contemplavam os seguintes recursos: energia elétrica, telefone público, transporte escolar, iluminação pública, água encanada/tratada. Quanto ao sistema de irrigação, posto de saúde, escola, transporte coletivo e salão social, determinou-se 5 pontos. A designação deste último pode ser explicada por diversos fatores. Com relação ao posto de saúde verificou-se que somente uma Vila o possuía, do mesmo modo ocorreu com as escolas.

Como se pôde observar, com base na Figura 1, é que a maior parte encontra-se próxima aos núcleos urbanos. Ao que parece isto ocorre no intuito de minimizar gastos com infraestrutura. Porém as Vilas mais distantes dependem da locomoção para desfrutar dos recursos da cidade. Contudo, averiguou-se que em alguns casos a população utiliza-se dos transportes escolares para seu deslocamento.

Em algumas Vilas, em especial na 2d localizada no município de Barbosa Ferraz, as pessoas encontram-se com dificuldades para se locomoverem. São coibidas de utilizarem o ônibus escolar e a administração pública não disponibiliza outro meio, ou seja, não há linha de ônibus coletivo e mesmo que houvesse as condições financeiras dos assentados pode ser considerada extremamente crítica. Dentre as Vilas pesquisadas esta é a que apresenta maior isolamento e descaso público.

Conferiu-se que as Vilas 3a do município de Campo Mourão; 5a de Engenheiro Beltrão, e 8a e 8c do município de Iretama apresentam 100% dos recursos necessários ao atendimento básico dos moradores. Em contrapartida, observou-se que as Vilas 1b de Araruna; 7a de Fênix e 13b de Roncador oferecem apenas 45% dos recursos necessários ao desenvolvimento social e econômico.

A organização e mobilização dos vileiros, por meio de associação comunitária forte e participativa, parecem ser o caminho mais viável para o rompimento dessa condição de isolamento e descaso do poder público municipal e estadual.

As Vilas que se localizam na porção sudeste da microrregião são constituídas de famílias numerosas, com predominância de 5 pessoas; do mesmo modo, pode-se conferir a Vila Rural 1b de Araruna. Das Vilas

pesquisadas, dezessete possui média de quatro pessoas por família, e somente três contam com uma média de três pessoas.

De acordo com os dados do IBGE (contagem de 1996), a média registrada no meio rural paranaense é de 3,96 pessoas por família e constatou-se que 46% das Vilas investigadas possuem essa média. Para o conjunto das 28 Vilas, registrou-se a média de 4,17 pessoas por família, ficando acima da média rural paranaense.

Quanto à faixa etária da população das Vilas detectou-se que na distribuição familiar os números indicam maior concentração populacional na faixa etária de 41 a 50 anos. Quanto ao número de filhos a maior concentração está na faixa de 10 a 17 anos.

Outro fato que despertou a atenção foi o baixo índice de viliros acima de 51 anos. Tal ocorrência se deve, em parte, aos padrões de exigência para a seleção dos beneficiários, pois segundo alguns critérios, as famílias deveriam ser numerosas e com pessoas entre 21 a 55 anos de idade.

A COHAPAR, instituição responsável pelas habitações, assegurou que nada a impedia de atender pessoas acima de 55 anos ou mais. Contudo, compreendia que isso implicava, na ocasião, em pagar um financiamento de custo mais elevado. Nas condições de miséria em que grande parte dessa população vivia, um financiamento mais caro já é um fator de exclusão. Neste sentido, verifica-se que esta é uma das razões dos chefes de famílias possuírem entre 30 a 50 anos de idade.

Há que se ressaltar que essas famílias estão contribuindo para dinamizar o cenário rural regional. Outro ponto que se deve destacar é a sua procedência, que contribui para firmar a identidade de cada Vila.

Na medida em que se analisou o conjunto das Vilas verificou-se ainda que 69,8% originam-se das microrregiões paranaenses. Dentre os entrevistados, 14,1% são procedentes do estado de Minas Gerais; 6,1% de São Paulo; 9,9% dos demais estados da federação (Gráfico 1). O que chamou a atenção na pesquisa foi o resultado das Vilas de Barbosa Ferraz, especialmente a 2c, em que a presença dos mineiros é superior ao dos paranaenses. A explicação mais plausível que se encontra está relacionada à forma de ocupação da propriedade agrícola da região e a atração exercida pela cafeicultura.

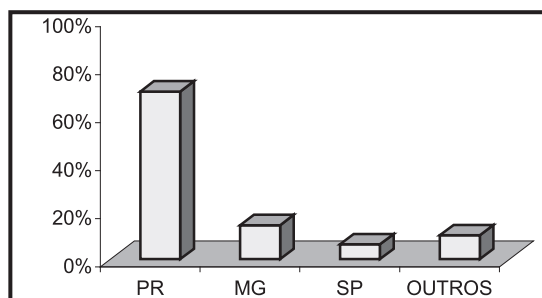


Gráfico 1: Origem dos viliros da microrregião geográfica de Campo Mourão.

Fonte: Andrade, 2005.

Dentre as procedências dos moradores das Vilas Rurais da microrregião constatou-se que o predomínio é da própria microrregião, com registro de 58%, originários do próprio município ou de municípios vizinhos, embora os municípios nela localizados apresentassem pouca capacidade de absorção, e uma economia pouco dinâmica em termos de geração de emprego e renda. Nota-se que parte da população se manteve à espera de fixar-se na mesma microrregião, considerando que por essa ser essencialmente agrícola oferecia maiores probabilidades de emprego temporário no meio rural.

Quanto à renda per capita mensal dos moradores das Vilas Rurais da microrregião de Campo Mourão, registraram-se valores extremamente baixos, sobretudo, nas Vilas 8a do município de Iretama; 9b de Luiziana e 13a e 13b do município de Roncador. A renda dos vileiros é inferior a 60 reais. Assim, parte da renda enquadra-se dentro dos cálculos realizados pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, que asseguram que "29,3% da população brasileira tem renda mensal inferior a 80,00 reais per capita". Esses dados, comparados com os obtidos nas Vilas, revelam que muitos dos moradores encontram-se em situação de extrema pobreza, apresentando uma renda insuficiente para atender as necessidades básicas alimentares.

Outro fato que chamou a atenção durante as análises decorre das Vilas 2a, 2b e 2c do município de Barbosa Ferraz, e da Vila 4a de Corumbataí do Sul, que registraram renda entre 90 e 150 reais. Esses valores, se comparados com os valores do conjunto das Vilas da região, são mais satisfatórios.

As Vilas 5a e 5b de Engenheiro Beltrão; 14a de Terra Boa; 1c de Araruna e 9a de Luiziana; se destacam em razão das agroindústrias, empresas rurais, de facção, dentre outras, que se encontram localizadas próximas a elas, e parte dos vileiros, são funcionários. O exemplo tem-se o município de Engenheiro Beltrão que possui uma usina de Álcool, em que parte dos moradores das duas Vilas trabalha. A estratégia do governo era priorizar os municípios que contemplavam a agroindústria, este município pertencia à escala de primeira prioridade, ou seja, deveria ser atendido com o programa. Assim nota-se que, de certa forma, para o projeto obter êxito, é necessário que seus habitantes estejam vinculados às agroindústrias.

Cabe considerar que o projeto não suaviza a pobreza dessas pessoas, visto que a renda é extremamente baixa e a sobra torna-se insuficiente para gastos domésticos e/ou investimentos nos lotes. Neste sentido, Graziano da Silva (1999) garante que há limitações com relação ao desenvolvimento econômico das Vilas, uma vez que a

parcela da unidade de produção não garante o aumento da renda tanto das atividades agrícolas como nas atividades não agrícolas.

Discorrendo sobre a redução da pobreza, Albuquerque e Rocha afirmam que:

A redução da pobreza extrema envolve um conjunto articulado e consiste de ações focalizadas cujo objetivo-fim é capacitar as pessoas mais pobres a assegurar – mediante esforço próprio e, principalmente, através de ocupação produtiva geradora de renda suficiente – a inclusão econômica, social e política (ALBUQUERQUE; ROCHA, 2004, p. 75).

Mediante as considerações dos autores conclui-se que não basta aumentar a área das unidades de produção, é preciso criar meios que possam incluí-los ao desenvolvimento, por meio de trabalho, escolarização, acesso ao lazer e à cultura. Somente com esse propósito será possível garantir a sustentabilidade do projeto e resgatar a dignidade dessas pessoas.

Com relação à situação dos domicílios levantou-se que dentre as Vilas apenas a 8b do município de Iretama apresenta domicílio com dois cômodos. Nota-se uma relação inversa com as Vilas 14b de Terra Boa; 1b e 1c, de Araruna e 10a de Mamborê se enquadram em domicílios com cinco ou mais cômodos. Embora essa mudança na infraestrutura pareça mais adequada, muitas casas mantiveram a mesma proporção de 44m², apenas os cômodos foram divididos. Ainda com relação aos domicílios, averiguou-se que 33% dos vileiros já realizaram benfeitorias. Em particular as Vilas 1b e 1c de Araruna, em que 70% dos entrevistados já aumentaram suas residências.

Importa destacar que há, na região, diferenças quanto ao número de Vilas e de habitações por município. Dentre elas, destaca-se a 8a de Iretama que contém 80 habitações; a 1b do município de Araruna com apenas 12 habitações, número extremamente baixo se comparado com a média da região que é de 38 unidades por município.

As razões de alguns municípios contarem com um número expressivo de Vilas e maior quantidade de habitações são justificadas pelos órgãos governamentais envolvidos com o Programa Paraná 12 meses. De acordo com documentos desses órgãos os benefícios contemplavam especialmente os municípios que possuíam expressivo número de trabalhadores rurais. Entretanto, constatou-se que a quantidade de Vilas Rurais não é compatível com o número de trabalhadores rurais.

Para promover o desenvolvimento e melhoria na renda das famílias, deve-se também considerar o investimento em educação. A análise dos dados revela baixa escolaridade entre os habitantes das

Vilas. Essa situação é mais crítica entre os chefes de famílias, que se apresenta alta concentração de analfabetos. Notou-se que o grau de escolaridade concluído concentra maior índice nas séries iniciais do Ensino Fundamental e poucos registros de ensino superior.

Segundo Graziano da Silva (2001) a educação é um dos três instrumentos fundamentais de apoio às políticas de desenvolvimento rural. O autor assegura que:

Uma das formas de viabilizar a diversificação das atividades econômicas no meio rural é investir no ensino básico e profissionalizante para os jovens. Face às dificuldades crescentes de oferta de emprego no meio urbano, a capacidade profissional em atividades não-agrícolas dos jovens rurais pode-se constituir em alternativa viável para mantê-los no campo, desenvolvendo atividades inovadoras no seu próprio meio (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 19).

Sem dúvida, os sujeitos com maior grau de escolaridade terão mais garantia de trabalho e, conseqüentemente, aumento da renda. Entretanto, sabe-se que o projeto Vila Rural não é uma política de desenvolvimento rural para o estado do Paraná, pois os atores sociais envolvidos fazem parte desse cenário rural e não podem ficar alheios a este processo.

Do ponto de vista do uso da terra, as atividades principais se caracterizam pela produção agrícola, contemplando algumas peculiaridades quanto ao predomínio de determinados cultivos em algumas das Vilas. As especificidades de cada município, associadas às condições naturais (solo, relevo e clima), permitem uma exploração diversificada de culturas. Essas características se confirmam quando se analisa a produção agrícola. Há uma heterogeneidade de culturas entre elas, destacam-se as culturas de subsistência.

Cabe aqui fazer referência à cultura do milho, que se mantém como uma das principais nas Vilas Rurais com um percentual de 28,8%. Isso se explica pela facilidade de seu cultivo e também pela presença de criação de suínos e aves. Já o feijão é o segundo produto mais importante, este é arraigado no consumo familiar, registrando 19,5%. Ao contrário do milho uma cultura que necessita de maior cuidado, pois é fortemente suscetível a intempéries. A cultura do café ocupa o terceiro lugar dentre os produtos cultivados, com uma percentagem de 15,9%. O destaque se deve em razão do fácil manejo associado à prática do café adensado. Dentre os vileiros, há quem diga que essa cultura proporciona maior lucro e complemento de renda.

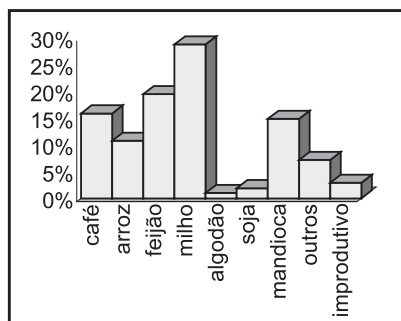


Gráfico 2: Tipos de culturas das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.

Fonte: Andrade, 2005.

As particularidades existentes entre as Vilas também chamam atenção. Observou-se que as Vilas incorporadas ao município de Iretama apresentam características que residem na estreita relação com a produção local. Em outras palavras, por localizarem-se em áreas de terrenos movimentados, constituídos de pequenas propriedades de subsistência, há predomínio das culturas de milho, feijão, arroz. Nesta porção da região o processo de produção e reprodução do capital não se consolidou, sobretudo com as culturas modernas, soja e trigo. Essas peculiaridades influenciam no perfil da produção.

Outra questão que se deve destacar é que as culturas nas Vilas também estão associadas à trajetória de vida dos vileiros. Parte desses são atores dos movimentos migratórios que se engendraram, especialmente no período áureo da cafeicultura. Porém, com o declínio, parte migrou para as microrregiões em busca de trabalho, e trouxe consigo a aptidão com a cultura cafeeira.

Esses reflexos indicam que a cultura cafeeira está presente em quase todas as Vilas. A sua ocorrência é maior nas dos municípios de Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul, Terra Boa, Engenheiro Beltrão e Peabiru. Nestes, o café era uma constante. Nos dois primeiros municípios, pode estar relacionado aos aspectos naturais, isto é, terrenos movimentados inviabilizarem a mecanização. Já os três últimos encontram-se associados aos fatores históricos de colonização, especialmente o município de Terra Boa, que foi colonizado pela Companhia de Melhoramento Norte do Paraná. Esta adotou medidas sincronizadas, ou seja, a venda dos lotes associada à alternativa de uma atividade econômica: a cafeicultura.

Outra particularidade peculiar está na Vila Rural do município de Farol, entre os oito lotes pesquisados, três produzem a cultura de algodão. Um número expressivo e, conforme os depoimentos dos vileiros, a escolha dessa cultura está relacionada ao preço e a aptidão com a cultura na região, sobretudo, mais ao sudoeste em que a presença da cotonicultura era uma constante.

Assim, as culturas predominantes produzidas nas Vilas são de pequena escala. No entanto, a cultura capitalista da soja, apesar de ser uma cultura típica de grandes propriedades, desenvolvida com elevado nível de mecanização, apresenta-se cultivada em nove lotes; fato incabível, tendo em vista o tamanho dessas unidades de produção.

Esta passou ser atrativa na medida em que se expandia o valor de mercado e com melhor oportunidade de comercialização. Além disso, acreditam que não há necessidade de trabalhar a terra por muito tempo. A presença da soja, nesse caso, também está associada às particularidades da região, ou seja, ser uma das mais importantes produtoras de grãos (soja/trigo) do Paraná.

Cabe destacar, igualmente, a cultura da mandioca, que esteve presente em quase todas as Vilas Rurais, ou seja, em 72 unidades de produção aderiram o seu cultivo para comercialização, destinado à fabricação de farinha. Esta prática, embora comum em quase todas as Vilas, não foi recomendada pelos técnicos, haja vista tratar-se de uma cultura que contribui para o processo de erosão.

A degradação ambiental nas Vilas Rurais encontra-se vinculada às práticas de algumas culturas, que necessitam da utilização de mecanização (máquinas e por tração animal), sem o mínimo de cuidado com o solo. As práticas de conservação do solo como, por exemplo, as curvas de nível são inexistentes. O estudo possibilitou detectar também o registro de 14 lotes improdutivos. As justificativas estão centradas na falta de recursos para corrigir o solo, sendo este oneroso, o que inviabiliza a produção.

Ao que se pôde constatar, uma alternativa para geração de renda das famílias é a fruticultura. Dentre as principais frutas cultivadas, isto é, as de maior ocorrência, a laranja é a principal das 16 espécies cultivadas, e está presente em todas as Vilas, embora destinada somente para o consumo. Dentre as frutas cultivadas somente o maracujá é comercializado.

Além das culturas agrícolas que ocupam posição de destaque nas Vilas, há que se destacar a criação de animais, mesmo sendo atividades secundárias e, na maioria dos casos, exerce parte da função alimentar. O gado leiteiro, inicialmente utilizado para suprir as necessidades da família, passou a representar uma alternativa para a geração de renda, mas conforme os viliões são muitas as dificuldades para alimentar o efetivo, pois a unidade de produção não tem espaço suficiente para pastagens. Mesmo assim, garantem que é uma das melhores alternativas encontradas para sobrevivência.

A criação de aves é comum em todas as Vilas. Isso pode estar associado ao pequeno investimento para a criação de aves. Já a criação de suínos é pouco expressiva nas Vilas Rurais, fato que pode estar relacionado com os cuidados com a higiene, o que dificulta e torna cara a sua produção.

De acordo com a pesquisa, 47% das unidades de produção são exploradas economicamente. Constata-se, do mesmo modo, uma diversidade: entre as 28 Vilas pesquisadas; em onze registrou-se um índice acima de 60% de vileiros que comercializam o excedente; apenas as Vilas 12b de Quinta do Sol e a 8a de Iretama, não comercializam seus produtos, sendo estes destinados somente à família e também para o abastecimento alimentar dos animais, especialmente para as aves.

Quanto à comercialização, esta fica restrita ao comércio local, especialmente as feiras e supermercados. Somente alguns lotes comercializam com determinadas agroindústrias.

Assim sendo, ressalva-se que a região proporciona um mercado difícil e não há mercado para determinados produtos, para os quais foram orientados, como exemplo, o cultivo de maracujá. Verificou-se que vários são os lotes ocupados com essa cultura, porém a maior parte dos vileiros alega que não conseguem comercializá-lo.

Outra dificuldade está relacionada ao armazenamento adequado da produção. Estes precisam de infraestrutura mínima como paiol, para que a produção possa permanecer em bom estado de conservação até a sua comercialização. Dos 219 entrevistados, 53% defendem que o paiol construído no início do projeto é adequado, embora boa parte reclame do tamanho, especialmente onde o paiol é dividido entre duas famílias. De todas as Vilas pesquisadas somente a Vila Rural 2c, de Barbosa Ferraz, foi unânime na satisfação com o armazenamento da produção. As reclamações ficaram mais centradas nas Vilas 8d de Iretama e 14b de Terra Boa.

Com base nos depoimentos dos vileiros e em outras pesquisas anteriormente realizadas, constatou-se também que não há uma sincronização com relação à forma de organização e produção. Uma das características marcantes é o sistema de produção individual que domina quase todas as Vilas; apenas uma ínfima parcela busca alternativas de trabalho coletivo. Esta prática não foi bem sucedida por conta das tentativas que não deram certo.

No decorrer da pesquisa buscou-se também investigar as expectativas desses atores quanto ao Projeto Vila Rurais, e entre as opiniões divergiram muito. Dos 219 pesquisados, 38,8% responderam que esperam que melhorem as condições de infraestrutura. Dentre os diversos recursos necessários ao atendimento de suas necessidades básicas, a comunicação foi a mais almejada especialmente nas Vilas que se localizam retiradas dos núcleos urbanos. Outra expectativa é a geração de emprego, visto que há uma carência significativa de emprego e isto compromete não só os investimentos na unidade de produção, mas, sobretudo a sua condição de sobrevivência.

Os vileiros acreditam que a viabilização do Projeto depende de incentivos do governo, especialmente financiamentos. Neste sentido, constatou-se que houve uma tentativa de estratégias de ação por

parte deles, sobretudo nas Vilas 5a e 5b de Engenheiro Beltrão, e 7a de Fênix. Nestas alguns grupos se organizaram para viabilizar projetos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF para desenvolvimento da produção. Contudo, nenhuma obteve êxito e as razões estão relacionadas à falta de articulação dos vileiros com a produção, comercialização, bem como a falta de uma organização coletiva.

Considerações finais

Os problemas no meio rural brasileiro são resultantes da articulação do sistema Estado e do capital, a começar pelo processo desencadeado pela implantação de inovações tecnológicas que permearam o setor agrícola. Sua aplicação, aliada à falta de infraestrutura condizente com a realidade do trabalhador rural, tornou-a um dos principais sustentáculos das questões sociais. Portanto, esses acontecimentos que repercutem no presente, nada mais são do que preceitos engajados de um passado recente, que transformou o homem do campo num exército de reserva de mão de obra, concentrado ou não, onde um dos modelos culminou para o aparecimento das Vilas Rurais.

O Estado se preocupou com alguns segmentos econômicos; o mesmo deveria ter acontecido com os trabalhadores do campo, ou seja, deveria ter realizado políticas públicas que atenuassem o êxodo rural, conseqüentemente suas mazelas como a violência, a fome, a miséria, entre outros. Desse modo, não basta promover políticas compensatórias, mas sim, políticas de ações voltadas para inclusão dessas pessoas.

Contudo, é preciso reconhecer que houve uma tentativa em benefício da população marginalizada. A condição de miséria em que a maioria desses vivia em parte foi amenizada, pelo menos com habitação, o que é direito constitucional. Quanto às condições de sobrevivências desses atores, dependerá do apoio contínuo do governo, o que é preocupante, dado às rivalidades políticas partidárias dos governos.

Notas

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, bolsista da CAPES. Professora Assistente da Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão/FECILCAM. E-mail: aureavgeo@yahoo.com.br

** Professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: serraelpidio@gmail.com

Referências

ANDRADE, Áurea Andrade Viana de. **Vilas Rurais da microrregião de Campo Mourão**. Dissertação de Mestrado. UEM. Maringá, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.) **A Nova Geografia da Fome e da Pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

CORRÊA, Jose Machado; CORRÊA, Walquiria Kruger; GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. A problemática da Definição e da Delimitação do Espaço Rural e Urbano – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: a exemplo da ilha de Santa Catarina. In: **Associação de Geografia Teórica**. v. 26 (1): 37-58. Rio Claro: AGETEO, abril de 2001.

Fundação IBGE – Diretoria de Geociências – **Geografia do Brasil**, v. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, **Censo Agropecuário Paraná**: 1970, 1980, 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1970 - 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GRAZIANO DA SILVA José da; BIANCHINI Valter; WEID Jean Marc von der. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento Rural**. Brasília: Ministério Para o Desenvolvimento Agrário, 2001.

GUIMARÃES, Ana A.; MELAZZO, Everaldo. S.; GUIMARÃES, Raúl B.; MAGALDI, Sérgio B. A Propósito do debate sobre exclusão social: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais. In: **XIII Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa, 2002.

IPARDES. **Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: Sul/IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.

IPARDES. **Avaliação da Atividade Vilas Rurais** – síntese regional e macrorregional. Curitiba: IPARDES, 2000.

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; DESCHAMPS Marley Vanice; MOURA, Rosa. Movimentos Migratório do Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento/IPARDES**, nº 82. Curitiba: IPARDES, 1994.

MORO, Dalton Áureo; ALEGRE; Marcos. A Mobilidade da População nas Antigas áreas Cafeeiras do Norte do Paraná. **Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá**, nº 01, ano 84, Maringá, 1986.